



# PRIMEIRA REGIÃO

## HOJE

JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

### Eleição para a Funpresp-Jud ocorre em fevereiro

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) realizará, no período de 1 a 7 de fevereiro, as eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal e para o Comitê de Assessoramento Técnico. Para conhecer os candidatos, basta clicar no banner das eleições, disponível no portal da Funpresp-Jud, ou acessar o seguinte endereço eletrônico: (<http://www.funprespjud.com.br/processo-eleitoral-2017/>). No local também estão disponíveis o Regulamento e todas as informações sobre o processo eleitoral.

**Resultado** - Somente poderão votar os participantes cadastrados no sistema da Funpresp-Jud até o dia 16/12/2016. A votação será por meio eletrônico e o participante apto a participar receberá um token (chave eletrônica) por e-mail. Caso não receba, poderá entrar no Portal do Participante, acessar o link de eleição e votar. A divulgação do resultado está prevista para o dia 13 de fevereiro.

Confira a íntegra dessa matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

### SJDF inicia III Curso de Formação de Conciliadores

A Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) deu início ao III Curso de Formação de Conciliadores. Participam do treinamento 25 candidatos aprovados no processo seletivo promovido pela seccional do DF. O curso começou no dia 24 e será finalizado no dia 9 de março, sempre às terças e quintas.

Após a formação, o conciliador poderá atuar na solução consensual de conflitos nas sessões e audiências de conciliação, observando os princípios da independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada. A atividade é exercida gratuitamente, sem nenhum vínculo funcional, empregatício, contratual ou afim.

Importante lembrar que o certificado de atuação do conciliador constitui título para contagem de tempo de atividade jurídica, conforme preconiza a Resolução 75/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como de pontuação na prova de títulos em concursos públicos para preenchimento de cargos da Justiça Federal, nos termos da Resolução 32/2008, do Conselho Nacional de Justiça.

*Com informações do Jornalismo da SJDF.*

### Enap oferece curso virtual sobre gestão da informação e documentação

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) está com inscrições abertas para o curso "Gestão da Informação e Documentação – Conceitos básicos em Gestão documental", destinado a servidores e agentes públicos dos três poderes e das três esferas de governo, além de outros cidadãos que realizem procedimentos arquivísticos. Os interessados devem realizar a inscrição no site da Escola ([www.enap.gov.br](http://www.enap.gov.br)).

Entre os objetivos de aprendizagem estão a definição da gestão de informação e documentos, a descrição da relação entre gestão da informação, gestão da documentação e atividade de protocolo e o reconhecimento da importância dos conceitos básicos da gestão documental para o trabalho do dia a dia do servidor público. Confira a íntegra dessa matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

### Desenvolvedores do PJe participam de capacitação

Durante os dias 23 a 27 de janeiro, desenvolvedores do Processo Judicial Eletrônico (PJe) participam do curso "PJe Versão 1.7X", que está sendo realizado no anexo I do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília. O objetivo da ação é capacitar os técnicos para atuar na correção de possíveis erros e no desenvolvimento de novas funcionalidades do PJe.

Segundo o diretor da Divisão de Projetos de Sistemas (Dipsi), Yuri Freitas, o foco do curso é ensinar os desenvolvedores dos tribunais como programar e trabalhar na nova versão do sistema. "O objetivo é formar profissionais que possam desenvolver o programa sem sair do seu ambiente de trabalho", afirma o diretor. "Tendo mais gente produzindo para o TRF1 e outros tribunais, a evolução do sistema será mais rápida", conclui.

O técnico judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Thiago de Andrade Vieira, é o responsável por esclarecer as dúvidas dos participantes, além de ministrar o curso, cuja carga horária é de 40h.